

## CAPÍTULO 9

# Resolução de conflito moral por adolescentes no contexto familiar

*Livia Braga de Sá Costa*

*Cleonice Pereira dos Santos Camino*

*Washington Allysson Dantas Silva*

### 9.1 Introdução

O conflito ocupa um papel importante no desenvolvimento humano. Em sua visão psicogenética, Piaget (1975) discorre sobre os conflitos internos que ocorrem durante todo o desenvolvimento: o autor afirma que o desenvolvimento intelectual corresponde a um processo de mudanças que leva o indivíduo de estruturas cognitivas simples a estruturas cada vez mais complexas, passando por vários desequilíbrios e reequilibrações. O conflito cognitivo é um dos principais impulsionadores que levam o indivíduo a buscar comportamentos mais adaptativos, fazendo-o avançar em seu conhecimento. Piaget afirma que, sem o conflito, não haveria o avanço ontogenético do conhecimento.

Inerentes à natureza humana, os conflitos não ocorrem apenas no nível intrapessoal, eles se constituem, sobretudo, num elemento onipresente nas relações interpessoais. De acordo com Killen e Nucci (1995), os conflitos interpessoais têm sido analisados como agentes da promoção de mudanças, tendo em vista que, para manter o equilíbrio social, os indivíduos são forçados a assumir diferentes pontos de vista.

A comunidade científica tem dado atenção às situações de conflito que ocorrem no ambiente familiar, especialmente nas relações entre pais e seus filhos adolescentes (Choi, 2020; Heinze, 2020; Missotten *et al.*, 2018; Staats *et al.*, 2018). O que tem sido documentado (para uma metanálise, ver Laursen *et al.*, 1998) é que, na medida em que os filhos entram na adolescência, os conflitos com os pais aumentam e que nesses conflitos, predominam temas relacionados à autoridade, autonomia, responsabilidades e comportamento apropriado (Smetana, 2010).

Mais do que a frequência de conflitos, a forma como eles são resolvidos no ambiente familiar parece estar relacionada a algumas consequências para o desenvolvimento do adolescente (Adams & Laursen, 2007), indicando se eles serão funcionais ou disfuncionais. Resoluções negativas de conflito na adolescência estão associadas à baixa autoestima, ansiedade, depressão, delinquência e comportamentos agressivos (Branje *et al.*, 2009; Choi, 2020; García-Ruiz *et al.*, 2013; Tucker *et al.* 2003; Van Doorn *et al.*, 2008), enquanto resoluções positivas estão associadas a altos níveis de desempenho acadêmico, alta autoestima e baixos níveis de depressão e de comportamento de risco (Tucker *et al.*, 2003).

A literatura tem apontado quatro comportamentos diferentes que adolescentes e pais tendem a utilizar em situações de conflito (Branje *et al.*, 2009): (a) *resolução positiva*, que envolve a tentativa de entender a perspectiva do outro e utilizar táticas de raciocínio sociocognitivo para resolver a situação; (b) *resolução agressiva*, que diz respeito a comportamentos abusivos, irritados, defensivos ou ainda de perda de autocontrole; (c) *afastamento*, que se refere aos comportamentos relativos à evitação do problema como, por exemplo, quando o indivíduo recusa-se a discutir o assunto e distancia-se do outro parceiro; (d) *conformidade*, que se refere à aceitação da resolução do outro sem afirmar a própria posição.

Dada a relevância das estratégias de resolução de conflitos para o desenvolvimento saudável dos adolescentes, considera-se importante examinar qual delas os adolescentes usam mais frequentemente e se há mudanças no uso dessas estratégias com o avanço da idade.

Uma lente que tem sido utilizada para a análise dos conflitos entre pais e filhos é a perspectiva da teoria dos domínios sociais (TDS), proposta inicialmente por Turiel (1983). Essa teoria descreve o desenvolvimento do pensamento sobre os eventos sociais como sendo estruturado dentro de domínios conceituais distintos, que surgem a partir das interações sociais. Os domínios descritos por Turiel e seus colaboradores foram o domínio moral, domínio convencional e domínio psicológico. O domínio moral está relacionado a ações que podem prejudicar o outro, ou causar uma injustiça. Segundo Turiel (1983), as experiências morais são responsáveis pela construção das noções de certo e errado, justo e injusto, e não variam em função

dos contextos sociais nem apresentam relação com regras arbitrárias; são prescritivas, ou seja, dizem como nós devemos nos comportar; são obrigatórias, universais, impessoais (não se baseiam em experiências individuais) e são inalteráveis. O domínio convencional, por sua vez, é aquele que abrange regras sociais arbitrárias, que variam conforme o contexto e a cultura como, por exemplo, modos de se vestir, maneiras de realizar uma saudação, uso dos pronomes de tratamento, etc. As regras são arbitrárias porque uma uniformidade convencional em um determinado contexto social pode desempenhar a mesma função que uma outra uniformidade convencional em outro contexto social. Finalmente, o domínio psicológico compreende dois outros domínios: o domínio pessoal e o domínio da prudência. O primeiro diz respeito a comportamentos que afetam apenas o self, como controle sobre o próprio corpo, privacidade e preferências; o segundo, diz respeito à prevenção de ações negativas que o indivíduo pode causar a si mesmo (Smetana, 2010), abrangendo ações que estão relacionadas a comportamentos de risco, como fumar, beber álcool e usar substâncias ilegais. Os teóricos dos domínios (Smetana, 2018) distinguiram ainda as questões multifacetadas, que se referem a conteúdos que não correspondem a um domínio específico, mas se encontram na interseção entre dois ou três domínios.

No presente estudo, pretende-se focar nos conflitos do domínio moral, por considerar a elevada importância que tem a resolução de conflitos morais para o ajustamento do jovem à sociedade. Em relação a esse domínio, além das ideias propostas por Turiel (1983) em relação à moral, tem-se as ideias propostas por Kohlberg (1976) que, por sua vez, baseiam-se nas ideias de Piaget (1932) sobre o desenvolvimento moral.

Pesquisas realizadas com crianças e adolescentes sobre o seu pensamento em relação ao mundo social deram origem a formas de julgamentos morais, que foram descritas e sistematizadas, inicialmente, por Piaget (1932/1994). No livro *O juízo moral na criança*, Piaget considera que existem dois grandes estágios do desenvolvimento moral: a moral heterônoma, no início do desenvolvimento, e a moral autônoma, que sucede a moral heterônoma, apesar de que ambas podem se sobrepor. Para o autor, a moral heterônoma se caracteriza pela submissão do indivíduo às regras, que são consideradas sagradas, intangíveis e imutáveis. Nesse período, o bom comportamento é aquele que está em conformidade com as regras estabelecidas, e agir de forma diferente não corresponderia, portanto, a uma atitude correta. A moralidade de um comportamento é definida a partir de suas consequências materiais, sem levar em conta as intenções ou as circunstâncias de uma situação. Dessa forma, a moral heterônoma se constitui a partir de uma relação que tem como base o respeito unilateral, que vai da criança para o adulto. Com o avanço no desenvolvimento cognitivo e com as relações que o indivíduo estabelece com o mundo, com

os pais, com o outro, mas principalmente com os pares, é possível a criança avançar para o estágio da moral autônoma. Essa moral se caracteriza pelas relações que o indivíduo estabelece com os seus iguais, sendo marcada pela cooperação e pelo respeito mútuo. Nessa etapa, a moralidade de um ato é avaliada em função dos motivos, das intenções e das circunstâncias. Para Piaget (1932/1994), a moral autônoma só aparece com a reversibilidade do pensamento e a reciprocidade, quando o respeito mútuo é bastante forte para que o indivíduo experimente interiormente a necessidade de tratar os outros como gostaria de ser tratado.

Fundamentando-se na teoria de Piaget sobre o desenvolvimento cognitivo e tendo como elemento central a justiça, Kohlberg (1976) elaborou uma teoria do desenvolvimento moral que contempla a infância e a adolescência. Kohlberg explica o desenvolvimento moral a partir de uma sequência sucessiva de seis estágios que se agrupam, dois a dois, em três níveis: o nível pré-convencional, o nível convencional e o nível pós-convencional. Assim, para cada nível, existem dois estágios. Em cada nível, o primeiro estágio é sempre menos organizado do que o segundo. Já a passagem de um nível para o outro exige mudanças estruturais na cognição e na perspectiva social do sujeito. No nível pré-convencional, o indivíduo não internaliza os valores morais, e as ações são avaliadas a partir de suas consequências: as normas são obedecidas para evitar o castigo, para satisfazer interesses do self ou ainda para promover uma recompensa. O estágio um se caracteriza, sobretudo, pelo pensamento de que o correto é agir de modo a evitar punições. No estágio dois, o pensamento moral predominante é agradar o outro para obter recompensas. No nível convencional, o indivíduo preocupa-se, majoritariamente, em atender às expectativas dos outros e em manter a ordem social. O estágio três se caracteriza pelo fato de o indivíduo agir para ser bem-visto pelos membros dos grupos sociais. O estágio quatro é caracterizado por uma subordinação às leis com a crença de que estas protegem a sociedade do caos. Por fim, no estágio cinco, no nível pós-convencional, a moralidade do indivíduo se baseia em princípios éticos e universais, como o direito à vida, à liberdade e à justiça. O estágio cinco é definido pelo exame das funções das leis e por uma reflexão sobre a necessidade do respeito a todos os indivíduos, de forma a gerar um bem-estar social. No último estágio, os indivíduos possuem uma consciência ética que envolve um pensamento de que a justiça deve ser aplicada para todos e que eles próprios devem agir pela sua consciência. Na teoria de Kohlberg, o avanço da moral somente ocorre após ter havido avanço na cognição, seguido do avanço na perspectiva social. Para ele, os avanços da cognição e da perspectiva social (isto é, a capacidade do indivíduo de se colocar no lugar do outro), são condições necessárias para que ocorra o desenvolvimento moral.

Levando em consideração as ideias de Turiel (1983) sobre o domínio moral, as de Piaget (1932) e Kohlberg (1976) sobre o desenvolvimento moral, e considerando a importância que a resolução de conflito com os pais desempenha no desenvolvimento do adolescente (REF), buscou-se, neste capítulo, verificar o uso das estratégias de resolução de conflitos por parte dos adolescentes numa situação do domínio moral envolvendo pais e filhos.

## 9.2 Pesquisa

### 9.2.1 Participantes

Participaram desse estudo cento e trinta e nove adolescentes, de faixa etária entre 11 e 19 anos ( $M = 14,10$ ;  $DP = 2,28$ ), sendo a maioria do sexo feminino (54%), vinculados ao oitavo (15,8%), sétimo (12,2%) e sextos anos do ensino fundamental (11,5%), com aproximadamente dois irmãos ( $M = 2,12$ ;  $DP = 1,31$ ), majoritariamente brancos (46,0%) e pardos (39,6%), participantes das religiões católica (41,0%) e evangélica (36,7%), com pais casados/vivendo juntos (69,1%).

### 9.2.2 Instrumento

Foi construído um dilema fictício que envolvia uma situação de conflito entre um adolescente e seus pais, decorrente de uma transgressão do filho no campo do domínio moral. Abaixo, encontra-se o dilema na íntegra:

“João é um adolescente e gostaria de comprar um tênis novo que ele tinha achado bonito. Porém, ele não tinha dinheiro para comprar o tênis e seus pais haviam dito que naquele mês não teriam condições de pagar por esse item. Ele, então, resolveu tirar um dinheiro escondido da carteira da sua mãe. Os pais de João descobriram o que ele fez, acharam sua atitude muito errada, brigaram com ele e o proibiram de pegar dinheiro escondido novamente”.

Após a leitura do cenário, além dos dados sociodemográficos, os participantes responderam a itens envolvendo a seguinte medida:

Resolução de conflitos – a resolução de conflitos com os pais foi avaliada pela escala validada por Braga *et al.* (2021), que mede quatro estilos de resolução de conflito: *resolução positiva* (exemplos de itens: “sento e discuto as diferenças de forma construtiva”, “encontro alternativas que são aceitáveis para ambos”, “procuro uma solução que seja boa para ambos”), *resolução agressiva* (exemplos de itens: “digo ofensas contra ele(a)”, “explodo e saio do controle”, “me deixo levar e digo coisas que não queria”), *afastamento* (exemplos de itens: “chego no limite, ‘me fecho’ e me recuso

a continuar falando”, “ignoro-o(a)”, “Me afasto e ajo de forma distante e desinteressada”) e *conformidade* (exemplos de itens: “não tenho ânimo para me defender”, “aceito a vontade dele(a)”, “não defendo minha posição”). Os participantes responderam aos dezessete itens da escala, indicando o quanto cada um refletiria o seu comportamento com seus pais. A escala de resposta variou de 1 = Nunca a 5 = Sempre. Os itens foram submetidos a uma análise fatorial que mostrou uma estrutura tetrafatorial explicando 55,73% da variância, com consistência interna adequada, como indicam os coeficientes alfa de Cronbach e ômega de McDonald: *resolução positiva* (eigenvalue = 4,03; loadings: de 0,68 a 0,30;  $\alpha = 0,82$ ;  $\omega = 0,82$ ), *resolução agressiva* (eigenvalue = 2,62; loadings: de 0,65 a 0,37;  $\alpha = 0,74$ ;  $\omega = 0,75$ ), *afastamento* (eigenvalue = 1,69; loadings: de 0,50 a 0,32;  $\alpha = 0,71$ ;  $\omega = 0,73$ ) e *conformidade* (eigenvalue = 1,13; loadings: de 0,36 a 0,32;  $\alpha = 0,62$ ;  $\omega = 0,63$ ).

### 9.2.3 Procedimentos de coleta e de análise de dados

A pesquisa foi realizada em uma escola da cidade de João Pessoa – PB. Após entrarem em contato com a direção da instituição de ensino e da aprovação do projeto pesquisa, os pesquisadores esclareceram aos estudantes, em sala de aula, os objetivos da pesquisa, solicitando a colaboração deles. Foi enviado aos pais dos adolescentes, via e-mail, um termo de consentimento livre e esclarecido, o qual apresentou os objetivos do estudo e solicitou a autorização dos responsáveis para que seu(sua) filha participasse da pesquisa. Após o consentimento dos pais, os estudantes assinaram um termo de assentimento e, posteriormente, responderam ao instrumento, individualmente. Todos os documentos foram enviados por meio de um questionário online, por meio da plataforma *Google Forms*. Todos os procedimentos utilizados foram aprovados pelo Comitê de Ética da Universidade Federal da Paraíba (CAAE: 34353320.8.0000.5188).

Utilizou-se o *software* SPSS, versão vinte e um, para a análise dos dados.

### 9.2.4 Resultados

Buscamos analisar se haveria diferenças estatisticamente significativas no uso de diferentes estratégias de resolução de conflitos por parte dos adolescentes. Para isso, estabelecemos um modelo de ANOVA de medidas repetidas, utilizando como variável critério as estratégias de resolução (e.g., *resolução positiva*, *resolução agressiva*, *afastamento* e *conformidade*). A Tabela 9.1 apresenta as médias e os desvios-padrão de cada uma das variáveis.

**Tabela 9.1** Estatística descritiva das estratégias de resolução de conflitos

Variáveis	M	DP
Resolução positiva	3,17a	0,99
Resolução agressiva	1,63b	0,66
Afastamento	2,10c	0,86
Conformidade	3,10a	0,75

Os resultados demonstraram a existência de um efeito estatisticamente significativo [Traço de Pillai = 0,68;  $F(1,136) = 99,76$ ;  $p < 0,001$ ]. De modo geral, os participantes tendem a utilizar, em maior grau, a medida de *resolução positiva* ( $M = 3,17$ ;  $DP = 0,99$ ) do que as demais estratégias de resolução de conflitos. Em contrapartida, os adolescentes tendem a utilizar menos a estratégia de *resolução agressiva* ( $M = 1,63$ ;  $DP = 0,66$ ) do que os demais tipos de resolução. A Tabela 9.2 apresenta as comparações múltiplas entre as variáveis.

**Tabela 9.2** Comparações múltiplas entre as estratégias de resolução de conflitos

(I) Estratégia	(J) Estratégia	Diferença entre médias (I-J)	EP	Sig
1	2	1,54*	0,10	0,000
	3	1,07*	0,12	0,000
	4	0,06	0,11	0,994
2	1	-1,54*	0,10	0,000
	3	-0,46*	0,07	0,000
	4	-1,47*	0,09	0,000
3	1	-1,07*	0,12	0,000
	2	0,46*	0,07	0,000
	4	-1,00*	0,08	0,000
4	1	-0,06	0,11	0,994
	2	1,47*	0,09	0,000
	3	1,00*	0,08	0,000

Nota: 1 = resolução positiva; 2 = resolução agressiva; 3 = afastamento; 4 = conformidade. \*diferença estatisticamente significativa sob  $p < 0,05$ .

Ao analisarmos as comparações múltiplas (Tabela 9.2), verificamos que houve diferenças estatisticamente significativas entre as estratégias de *resolução positiva* e *agressiva* ( $b = 1,54$ ;  $EP = 0,10$ ;  $p < 0,001$ ), *positiva* e *afastamento* ( $b = 1,04$ ;  $EP = 0,12$ ;  $p < 0,001$ ), e *agressiva* e *conformidade* ( $b = -1,47$ ;  $EP = 0,09$ ;  $p < 0,001$ ), mas não entre *positiva* e *conformidade* ( $b = 0,06$ ;  $EP = 0,11$ ;  $p = 0,994$ ).

Em seguida, estabelecemos um modelo multivariado para observar a relação entre idade e as estratégias de resolução de conflito [Pillai's Trace = 0,45;  $F(36,516) = 1,85$ ;  $p = 0,002$ ]. A análise das ANOVAS univariadas demonstrou um efeito significativo da idade apenas na *resolução positiva* [ $F(9,129) = 2,35$ ;  $p = 0,017$ ;  $\eta^2p = 0,141$ ], indicando que quanto maior a idade, maior a probabilidade de o adolescente usar a estratégia de *resolução positiva*. Não foram observados efeitos significativos da idade sobre as demais estratégias, especificamente sobre a *agressiva* [ $F(9,129) = 1,28$ ;  $p = 0,249$ ;  $\eta^2p = 0,083$ ], *afastamento* [ $F(9,129) = 1,53$ ;  $p = 0,142$ ;  $\eta^2p = 0,097$ ] e *conformidade* [ $F(9,129) = 1,33$ ;  $p = 0,225$ ;  $\eta^2p = 0,085$ ].

### 9.3 Diálogo

A adolescência é um período específico de desenvolvimento marcado por uma transição no relacionamento entre pais e filhos, em que há um realinhamento do poder e das expectativas mútuas em ambas as partes. Ao mesmo tempo em que os filhos se esforçam para conquistar uma maior autonomia, há uma diminuição nas concepções deles sobre a legitimidade da autoridade parental (Pérez *et al.*, 2016), o que parece ser um terreno propício ao surgimento de conflitos. Neste capítulo, investigamos o julgamento de adolescentes sobre as formas de resolução de conflitos com os pais em uma situação de domínio moral.

Os resultados apontaram para a *resolução positiva* como a estratégia mais utilizada pelos adolescentes na resolução do dilema moral e a *resolução agressiva*, a estratégia menos utilizada. Esse resultado se contrapõe aos estereótipos da adolescência, que a consideram como um período do desenvolvimento caracterizado por grandes conflitos entre o adolescente e a sua família e por uma rejeição dos valores parentais (Papalia & Feldman, 2013). No presente estudo, os participantes buscaram, majoritariamente, resolver a situação ouvindo o ponto-de-vista dos pais, discutindo as diferenças de forma construtiva e buscando alternativas aceitáveis para ambos os lados.

Também, foi encontrado um aumento do uso da *resolução positiva* com o avanço da idade dos adolescentes. Essa relação já havia sido encontrada em outros estudos (Branje *et al.*, 2009; Missotten *et al.*, 2011; Van Doorn *et al.*, 2011), o que oferece suporte adicional aos resultados desta pesquisa. Acredita-se que esse resultado se deva, em grande parte, ao fato de os adolescentes mais velhos apresentarem uma maior capacidade de tomar a perspectiva do outro e de poder utilizar níveis de raciocínio mais elevados para resolver a situação de conflito (Kohlberg, 1976; Selman, 1976).

Um outro resultado que chama a atenção na presente pesquisa é que a resolução de conflito por *conformidade* foi tão elevada quanto a *resolução positiva*. Esse resultado é coerente com estudos que mostram que os conteúdos referentes ao domínio moral



são comumente vistos pelos adolescentes como passíveis de serem regulados pelos pais (Smetana & Asquith, 1994; Smetana *et al.*, 2005). Julga-se que essa semelhança provenha do fato de que os adolescentes, ao mesmo tempo em que são capazes de alcançarem uma perspectiva social mais abrangente, que envolva a sociedade como um todo, estão ainda muito ligados à família e possuem uma perspectiva social voltada à manutenção das relações afetivas (Kohlberg, 1976). As ações morais envolvem a intencionalidade e a consideração das consequências negativas que seu ato poderia desencadear para o outro (Piaget, 1932). O desenvolvimento dessas dimensões se inicia ainda na infância, por meio das interações que a criança tem com seus pais, com seus pares e com outros agentes de socialização. Acredita-se que, ao reconhecerem o papel dos pais de os prepararem para a vida em sociedade, possivelmente, os adolescentes aceitam a orientação dos pais nesse domínio e utilizam a *conformidade* com seu ponto-de-vista como forma de resolução de conflito.

Sendo assim, defende-se que o uso tanto da *resolução positiva* como da *conformidade* pelos adolescentes pode ser compreendido como um marcador do sucesso no papel dos pais enquanto agentes socializadores. Na medida em que se espera dos pais que preparem seus filhos para a vida em sociedade (Smetana, 2010), considera-se um efeito positivo de sua função que os adolescentes concordem com o estabelecimento de regras que regulam as interações sociais de forma a não prejudicar o outro ou causar uma injustiça, com o intuito de se ter uma sociedade mais justa, como é o caso dos conteúdos morais. No estudo de Dost-Gözkan (2019), o uso da *conformidade* pelos adolescentes como estratégia de resolução de conflito com a mãe foi associado positivamente com a satisfação com a vida, e a *conformidade* foi referida como uma estratégia construtiva, sobretudo na adolescência, quando muitas decisões importantes são tomadas longe da supervisão de um adulto.

Entretanto, fica em aberto para pesquisas futuras responderem se essa *conformidade* está relacionada com uma moral heterônoma, caracterizada pela submissão do indivíduo às regras, ou se pertence ao campo da moral autônoma, caracterizada pelo respeito mútuo e cujos atos são avaliados em função de seus motivos, suas intenções e consequências (Piaget, 1932). O comportamento pode ser o mesmo, mas a experiência interna é fundamentalmente diferente. Como não houve diferenças estatisticamente significativas entre o uso da *conformidade* e da *resolução positiva*, pode-se inferir que essa *conformidade* esteja próxima de um nível elevado de desenvolvimento moral e revele um nível de amadurecimento do indivíduo. Contudo, a existência dessa diferenciação deve ser explorada, uma vez que representa uma valiosa fonte de informação sobre as cognições e o desenvolvimento do adolescente.

Uma outra exploração que merece ser investigada é a relação entre as estratégias *resolução positiva* e *conformidade* com os estágios do desenvolvimento moral de Kohlberg (1976). O uso da *resolução positiva* parece estar relacionado ao nível pós-convencional de desenvolvimento moral, em que predomina uma verdadeira consideração com o outro, que está ancorada a princípios éticos. Já a *conformidade* parece estar relacionada a um nível menos elevado de raciocínio moral, que Kohlberg (1976) definiu como nível convencional. Nesse tipo de raciocínio, prevalece ou uma moral ligada à manutenção de laços afetivos, isto é, da busca pela aprovação dos pais, pares e demais grupos sociais, ou uma moral da legalidade, isto é, uma moral em que o indivíduo se preocupa, em princípio, em seguir as regras e obedecer às leis, pois elas mantêm a sociedade organizada. Considerando os argumentos do enfoque kohlberguiano, defende-se que a *resolução positiva* tem a vantagem de favorecer uma compreensão mais abrangente da sociedade e dos valores universais em comparação com a *conformidade*.

Acredita-se que o presente estudo contribui para o avanço científico evidenciando, em parte, a maneira como os adolescentes raciocinam e resolvem conflitos com os pais em uma situação moral. Uma limitação dos estudos dos conflitos familiares é a de concentrar-se, em grande parte, nas consequências das estratégias de resolução para o ajustamento do adolescente sem aprofundar o tipo de mecanismo psicológico que está em jogo na adoção de uma determinada estratégia. Os resultados aqui encontrados dão um primeiro passo neste sentido e abrem caminho para que novas pesquisas sejam realizadas, no intuito de compreender o que influencia as resoluções de conflitos morais por parte dos adolescentes dentro das relações com seus pais.

## REFERÊNCIAS

- Adams, R. E., & Laursen, B. (2007). The correlates of conflict: disagreement is not necessarily detrimental. *Journal of Family Psychology*, 21(3), 445-458.
- Braga, L., Camino, C., & Pereira, C. R. (2021). *Escala de estratégias de resolução de conflitos familiares: adaptação e validação para o contexto brasileiro* [Manuscrito não publicado]. Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba.
- Branje, S. J. T., Van Doorn, M., Van der Valk, I., & Meeus, W. (2009). Parent-adolescent conflicts, conflict resolution types, and adolescent adjustment. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 30(2), 195-204.
- Choi, D. W., Han, K. T., Jeon, J., Ju, Y. J., & Park, E. C. (2020). Association between family conflict resolution methods and depressive symptoms in South Korea: a longitudinal study. *Archives of Women's Mental Health*, 23(1), 123-129.
- Dost-Gözkan, A. (2019). Adolescents' conflict resolution with their parents and best friends: links to life satisfaction. *Journal of Child and Family Studies*, 28(10), 2854-2866.

- García-Ruiz, M., Rodrigo, M. J., Hernández-Cabrera, J. A., & Máiquez, M. L. (2013). Contribution of parents' adult attachment and separation attitudes to parent-adolescent conflict resolution. *Scandinavian Journal of Psychology*, 54(6), 459-467.
- Heinze, J. E., Hsieh, H. F., Aiyer, S. M., Buu, A., & Zimmerman, M. A. (2020). Adolescent family conflict as a predictor of relationship quality in emerging adulthood. *Family Relations*, 69(5), 996-1011.
- Killen, M., & Nucci, L. P. (1995). Morality, autonomy, and social conflict. In M. Killen & D. Hart (Eds.), *Morality in everyday life: developmental perspectives*. pp. 52-86. Cambridge University Press.
- Kohlberg, L. (1976). Moral stages and moralization: the cognitive developmental approach. In T. Lickona (Ed.), *Moral development and behavior. Theory, research and social issues*. pp. 31-53. Holt, Rinehart & Winston.
- Laursen, B., Coy, K. C., & Collins, W. A. (1998). Reconsidering changes in parent-child conflict across adolescence: a meta-analysis. *Child Development*, 69(3), 817-832.
- Missotten, L. C., Luyckx, K., Branje, S., Vanhalst, J., & Goossens, L. (2011). Identity styles and conflict resolution styles: associations in mother-adolescent dyads. *Journal of Youth and Adolescence*, 40(8), 972-982.
- Missotten, L. C., Luyckx, K., Branje, S., & Van Petegem, S. (2018). Adolescents' conflict management styles with mothers: longitudinal associations with parenting and reactance. *Journal of Youth and Adolescence*, 47(2), 260-274.
- Papalia, D. E., & Feldman, R. D. (2013). *Desenvolvimento humano* (12ª ed.). AMGH.
- Piaget, J. (1932). *O juízo moral na criança*. Summus.
- Piaget, J. (1975). *A equilibração das estruturas cognitivas*. Jahar Editores.
- Pérez, J. C., Cumsille, P., & Martínez, M. L. (2016). Brief report: agreement between parent and adolescent autonomy expectations and its relationship to adolescent adjustment. *Journal of Adolescence*, 53, 10-15.
- Selman, R. L. (1976). Social-cognitive understanding: a guide to educational and clinical practice. In T. Lickona (Ed.), *Moral development and behavior: theory, research and social issues*. pp. 299-316. Holt, Rinehart & Winston.
- Smetana, J. G. (2010). *Adolescents, families, and social development: how teens construct their worlds*. John Wiley & Sons.
- Smetana, J. G. (2018). The development of autonomy during adolescence: a social-cognitive domain theory view. In *Autonomy in adolescent development*. pp. 53-73. Psychology Press.
- Smetana, J., & Asquith, P. (1994). Adolescents' and parents' conceptions of parental authority and personal autonomy. *Child Development*, 65(4), 1147-1162.
- Smetana, J., Crean, H. F., & Campione-Barr, N. (2005). Adolescents' and parents' changing conceptions of parental authority. *New Directions for Child and Adolescent Development*, 108, 31-46.

- Staats, S., Van der Valk, I. E., Meeus, W. H. J., & Branje, S. J. T. (2018). Longitudinal transmission of conflict management styles across inter-parental and adolescent relationships. *Journal of Research on Adolescence*, 28(1), 169-185.
- Tucker, C. J., McHale, S. M., & Crouter, A. C. (2003). Conflict resolution: links with adolescents' family relationships and individual well-being. *Journal of Family Issues*, 24(6), 715-736.
- Turiel, E. (1983). *The development of social knowledge: morality and convention*. Cambridge University Press.
- Van Doorn, M. D., Branje, S. J. T., & Meeus, W. H. J. (2008). Conflict resolution in parent-adolescent relationships and adolescent delinquency. *Journal of Early Adolescence*, 28(4), 503-525.
- Van Doorn, M. D., Branje, S. J. T., & Meeus, W. H. J. (2011). Developmental changes in conflict resolution styles in parent-adolescent relationships: a four-wave longitudinal study. *Journal of Youth and Adolescence*, 40(1), 97-107.